

RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (RELACI)

CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

ITEM 3.2.24 - IN 68/2020 - ANEXO III

Exercício 2024



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

Ulisses Matta de Araújo
Presidente Interino da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Presidente Kennedy

Jorge de Almeida Bittencourt
Secretário da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Presidente Kennedy

Tabata Macedo de Almeida
Coordenadora Contábil
Câmara Municipal de Presidente Kennedy

Thais da Cruz Marcarini
Controladora Geral do Município (Interina)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2. ATIVIDADES PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2024.....	9
2.1 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA.....	10
2.1.1 Auditoria para avaliar cumprimento das normativas e do gasto com concessões diárias aos servidores do município de Presidente Kennedy	10
2.1.2 Avaliar as normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES	13
2.1.3 Avaliar cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de Administração e Recursos Humanos e pontos de controle relativos à prestação de contas – Prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES	15
2.1.4. Das Ações de Monitoramento Previstas para Exercício 2024.....	17
2.1.4.1 Das Ações de Monitoramento das alterações e ajustes nas normas que compõe o sistema de controle interno do Municipal de Presidente Kennedy.....	17
2.1.4.2 Das Ações de Monitoramento das Recomendações do Relatório de Auditoria nº 001/2022 - Cumprimento das normativas e do gasto com concessão de diárias aos servidores da Câmara Municipal	20
2.1.4.3 Das ações de monitoramento do cumprimento de metas dos Planos Municipais De Educação, correspondente à meta 7 do Plano Nacional de Educação	21
2.2 DAS ANÁLISES TÉCNICAS	22
2.2.1 Dos atendimentos as demandas dos Órgãos de Controle Externo.....	24
2.3 TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.	34
2.4 DO ACESSO À INFORMAÇÃO	35
2.5 DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	37
2.6 TREINAMENTOS DOS SERVIDORES DA CGM	44
3. DOS PONTOS DE CONTROLE CONSTANTES NA TABELA REFERENCIAL 1 AVALIADOS PELA CONTROLADORIA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2024.....	46
CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY	46



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

4. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE CONTROLE DA TABELA 1	49
4.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS.....	49
4.1.1 Itens de Abordagem Prioritária	49
1.1 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	49
1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	50
1.3 GESTÃO PATRIMONIAL	50
1.4 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	53
4.1.2 Itens de Abordagem Complementar	55
2.2 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	56
2.6 DEMAIS ATOS DE GESTÃO	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58

1 INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy, órgão criado a partir da edição da Lei Municipal nº 1.076/2013, de 21 de março de 2013, em consonância ao que dispôs a Resolução TC 227/2011, no qual dispôs sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, aprova o “Guia de orientação para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”, estabelece prazos e dá outras providências, determinando que aos Poderes e órgãos do Estado e dos Municípios do Espírito Santo, que ainda não tenham implantado sistema de controle interno, que o façam até o mês de agosto/2013, mediante lei específica, observando as recomendações apresentadas.

A norma que instituiu a Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy posteriormente foi alterada pela Lei Municipal nº 1.169/2015, e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 008/20017, tendo como missão, garantir mediante ações preventivas de orientação, a fiscalização e avaliação de resultados, o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e dos princípios fundamentais da Administração Pública, pautando-se pela ética e transparência.

A Controladoria Geral possui a função de subsidiar a tomada de decisão governamental e propiciar a melhoria contínua da governança e da qualidade do gasto público, a partir da modelagem, sistematização, geração, comparação e análise de informações relativas a custos, eficiência, desempenho e cumprimento de objetivos e programas de governo e atua nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 1.076/2013, por meio de pareceres, alertas, instruções normativas, relatórios de auditoria, relatório anual do controle interno sobre a prestação de contas anual, e até mesmo através de recomendações informais que corrigem possíveis falhas, vícios ou deficiências operacionais detectadas nas Secretarias Municipais.

Assim sendo, elaboramos o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) referente ao exercício de 2024, aprovado através do Decreto Municipal nº 024/2024, aprovado em 02 de maio de 2024, que consistiu na execução das atividades de auditoria no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com as ações de auditoria já definidas e que serão desenvolvidas pela Controladoria Geral, conforme determinação contida na Resolução TC nº 227/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Isto posto, diante da necessidade de estabelecer um planejamento adequado e dentro das possibilidades estruturais da Controladoria Geral, em atendimento à competências e responsabilidades previstas na norma legal, o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) referente ao exercício de 2024 foi elaborado com enfoque nas seguintes áreas: compras, licitações e contratos, educação e administração geral do Poder Executivo e nas áreas de compras, licitações, contratos do Poder Legislativo Municipal, que tem por escopo a realização de auditorias nos Sistemas Administrativos de Controle Interno, constantes pelo art. 3º, do Decreto Municipal nº 008/2017, baseando-se nas rotinas descritas nas Instruções Normativas de cada Unidade Executora, bem como naqueles sistemas em que foram observados índices de riscos, materialidade e vulnerabilidade.

Informamos ainda, que a execução das atividades da Controladoria Geral Municipal no exercício 2024 e definidas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), foram prejudicadas parcialmente em razão de fatores não previsíveis.

A Controladoria Geral do Município no ano de 2024 atuou em demandas dos órgãos externos, em especial nas diligências e fiscalizações realizadas pelo TCEES, TCEES e demais órgão externos.

Além disso, novas demandas foram surgindo no curso do exercício, tais como assessoramento e Análises Técnicas encaminhadas por gestores, Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento e reformulação do Portal Transparência.

Ainda, a Controladoria Geral do Município realizou a análise técnica em 28 processos administrativos, embora à análise técnica não tenha o alcance de auditoria, procedemos com as devidas orientações no intuito de prevenir os atos administrativos e alcançar as melhores práticas administrativas na execução/gestão dos contratos.

Desta forma, a Controladoria Geral deixou de executar algumas ações planejadas, dada sua impossibilidade de execução por forçadas circunstâncias impostas alheias à sua capacidade de planejamento e previsibilidade.

Insta destacar, no ano de 2024 houve o acompanhamento do cumprimento das Instruções Normativas editadas que compõem o Sistema de Controle Interno Municipal, tendo a Controladoria Geral do Município realizado reuniões com os servidores da Procuradoria Geral do Município, para atualização do Sistema do Jurídico com a necessidade de atualização da IN SJUR Nº 001/2015 e com a Secretaria Municipal de Administração, com a criação de novas Instruções Normativas.

Os procedimentos e as técnicas de auditoria utilizadas foram aqueles definidos como conjunto de averiguações (auditorias) que permitiram obter evidências e/ou conjunto probatório necessário e adequado para verificar o correto cumprimento das leis e normas que lhe regulamentam, o que culminou na formulação e fundamentação de Relatório Final de Auditoria emitido pela Controladoria Geral do Município, que objetiva minimizar os riscos inicialmente detectados, sendo posteriormente, dado conhecimento a Unidade Executora auditada e ao Chefe do Poder Executivo e/ou Legislativo.

Na seleção dos sistemas auditados foram considerados os aspectos da materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos, ocorrências pretéritas (falhas, erros e outras deficiências anteriores), observância dos princípios basilares da Administração Pública e, ainda, as manifestações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) em processos pertinentes ao Município e aqueles que possuem normatizações implementadas.

Deste modo, as auditorias foram realizadas visando mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, verificando se estão sendo cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Administração Municipal.

1.1 QUADRO DE PESSOAL

No exercício 2024, no que tange ao quadro de servidores pertencentes a Controladoria Geral, se constituiu com a seguinte estrutura Administrativa da Controladoria Geral:

- I - Controladoria Geral do Município (CGM);
 - a) Coordenação da Controladoria Geral;
 - b) Assessoria da Controladoria Geral;
 - c) Departamento de Controle Interno (DCI);
 - d) Departamento de Auditoria Interna (DAI).
 - e) Departamento de Transparência e acesso a informação (DTI).
- II - Ouvidoria Municipal;

Dentre os servidores que atuam na Controladoria, consta uma servidora efetiva que possui formação na área contábil, o que permite que as análises das demonstrações contábeis sejam realizadas atendendo as normas legais vigentes.

Deste modo, que com a desconcentração administrativa, Lei Municipal nº 1.356/2017, esta Controladoria Geral tem a obrigatoriedade de emitir 12 (doze) RELUCI, 1 (um) RELOCI, 13 (treze) RELACI, 13 (treze) INFOCI, totalizando 39 (trinta e nove) Relatórios a serem enviados por parte do órgão de controle interno - Controladoria Geral ao TCEES.

2. ATIVIDADES PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2024

Observe-se que o Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2024 aprovado pelo Decreto Municipal nº 024/2024, que definiu e estabeleceu as ações de auditoria em 05 áreas distintas, a saber: 1) Avaliar o cumprimento das normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 2) Verificar o cumprimento das Instruções Normativas que compõem o sistema de compras licitação e contratos - SCL da Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy; 3) Verificar o cumprimento das Instruções Normativas que compõem o sistema de planejamento e orçamento da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 4) Verificar o cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de administração e recursos humanos e pontos de controle relativos à prestação de contas – Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 5) Verificar o cumprimento das instruções normativas que compõem o sistema de controle patrimonial da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 6) Realizar o monitoramento das recomendações propostas na auditoria do transporte escolar no Município De Presidente Kennedy.

Entretanto, diante dos fatos supervenientes, inesperados e não planejados já transcritos no Capítulo anterior, algumas Auditorias tiveram que ser interrompidas momentaneamente, restando a esta Controladoria Geral Municipal iniciar as seguintes auditorias:

- **Auditoria para avaliar cumprimento das normativas e do gasto com concessão de diárias aos servidores do município de Presidente Kennedy (Executivo), ainda em fase de execução;**
- **Avaliar as normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES;**
- **Avaliar cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de Administração e Recursos Humanos e pontos de controle relativos a prestação de contas – prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES;**

- **Monitoramento das alterações e ajustes nas normas que compõem o sistema de controle interno do Municipal de Presidente Kennedy;**
- **Realizar o monitoramento das recomendações propostas na auditoria do transporte escolar no Município De Presidente Kennedy.**

Informamos que as áreas de auditoria supramencionadas foram selecionadas levando-se em consideração os aspectos da materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos, ocorrências pretéritas (falhas, erros e outras deficiências anteriores), observância dos princípios basilares da Administração Pública, e ainda as manifestações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) em processos pertinentes ao Município e aqueles que possuem normatizações implementadas.

No entanto, em razão de existirem auditorias dos exercícios anteriores em andamento, não foi possível a realização de algumas auditorias no exercício de 2024, em razão da alta demanda no órgão. Dentre as auditorias não realizadas estão: b) Cumprimento das instruções normativas que compõem o Sistema De Compras Licitação e Contratos - SCL da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; c) Cumprimento das instruções normativas que compõem o sistema de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; e) Cumprimento das instruções normativas que compõem o Sistema de Controle Patrimonial da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy.

2.1 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Deste modo, as auditorias realizadas visaram mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, verificando se estão sendo cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Administração Municipal.

2.1.1 Auditoria para avaliar cumprimento das normativas e do gasto com concessões diárias aos servidores do município de Presidente Kennedy

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

Área Auditada:	Poder Executivo Municipal
Escopo:	As verificações estão sendo cumpridas as normas legais que regulamentam a concessão de diárias aos servidores, verificar a legalidade e regularidade nas concessões de diárias, bem como verificar se estão sendo atendidos os limites estabelecidos pela legislação
Período:	Início em abril de 2022, através do Ofício CGM/PK nº 160/2022 – Processo nº 9225/2022
Equipe:	01 servidores
Objetivo:	Verificar de estão sendo cumpridas as normas legais que regulamentam a concessão de diárias aos servidores, verificar a legalidade e regularidade nas concessões de diárias, bem como verificar se estão sendo atendidos os limites estabelecidos pela legislação
Metodologia:	Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo, e Manual de Auditoria Interna Governamental, elaborado por esta Controladoria Geral, e aprovado pela Portaria nº 003/2021, que aprova a Instrução Normativa SCI nº 004/2020, versão 02.
Constatações:	Ainda em fase de análise.
Conclusão:	Ainda em fase de análise.

O trabalho de fiscalização deu-se início em 01/04/2022, com a designação da servidora Flávia Magalhães Duarte Borges, através do Ofício CGM/PK nº 098/2022, Processo nº 7637/2022.

O objetivo da auditoria consiste em verificar a legalidade e regularidade nas concessões de diárias aos servidores da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, bem como a conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 03/2009, Instrução Normativa SFI 006/2014 aprovada pela Portaria/SEMFAZ/Nº 001/2021, Decreto Municipal nº 103/2014 e as respectivas atualizações normativas.

Como metodologia, adotou-se o método por amostragem, em razão do elevado número de processos de diárias, uma vez que a auditoria abrangeu todas as unidades orçamentárias do Poder Executivo, sendo no primeiro momento analisado 84 (oitenta e quatro) processos relativos a diárias (incluindo processos de empenho, requerimento, prestação de contas).

A comunicação do início dos trabalhos de fiscalização ocorreu em 05/04/2022, com a realização de diligências aos órgãos municipais, com requisição de documentos e informações para subsidiar os trabalhos de auditoria. Durante o ano de 2022 foram

expedidos 31 ofícios às secretarias municipais, entre comunicação e solicitação de documentos. Em 2023 foram expedidos 04 ofícios relativos à auditoria.

A análise preliminar foi concluída em março/2023, com a expedição do Relatório Preliminar de Auditoria nº 002/2022, e posterior notificação aos 52 responsáveis, para apresentação de defesa prévia. Diante das defesas apresentadas, deu-se prosseguimento a análise frente aos achados indicados. A análise percorreu durante o ano de 2024, uma vez que a servidora designada pra a auditoria também atuava concomitante em outras demandas do órgão, inclusive a realização de outras auditorias/monitoramento, bem como demandas advindas de órgãos externos, como TCEES e avaliação do Portal da Transparência.

Importa destacar que, a auditoria foi concluída em 24/01/2025, com emissão do Relatório Conclusivo de Auditoria nº 001/2025, e atualmente está aguardando análise e aprovação da Controladora Geral do Município. A auditoria constatou fragilidade no Sistema Financeiro, responsável pela elaboração da Instrução Normativa SFI nº 006/2014, que dispõe sobre a concessão de diárias, não refletindo os dispositivos que retratam as rotinas e procedimentos para prestação de contas, o que somente era vislumbrado no decreto de regulamentação.

Na auditoria, também foi constatado recebimento indevido de diárias, o qual, após aprovação do relatório, será encaminhado à Secretaria Municipal de Fazenda para adoção de medidas necessárias à recomposição do dano. A análise evidenciou que os valores recebidos indevidamente estão relacionados a pagamento a maior, não atentando-se aos critérios e valores estabelecidos nas normas; ausência de devolução do valor recebido e não utilizado; bem como ausência de documento que comprove o deslocamento, como certificados, declaração, comprovante de comparecimento e/ou lista de presença, entre outros.

Além disso, restou evidenciado na auditoria a necessidade de realização de consulta junto a Procuradoria Municipal para a análise jurídica de possível conflito entre as normas, dada a vinculação da Lei Municipal nº 192/1990 ao Decreto Municipal nº 103/2014; visto que a Lei Municipal nº 192/1990, é responsável por

estabelecer o valor para adiantamento de despesas miúdas de pronto pagamento, e a concessão de diárias já possui regramento próprio, não sendo caracterizado como adiantamento de despesas miúdas; bem como providências quanto as alterações necessárias frente a publicação da Lei nº 1.690/2023, adotando as medidas necessárias para evitar conflito entre normas e consequentemente dubiedade de interpretação.

2.1.2 Avaliar as normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Área Auditada:	Secretaria Municipal de Transporte e Frota
Escopo:	As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como referência processos selecionados por amostragem, no exercício de 2019, 2020 e 2021.
Período:	Início em abril de 2023, através do Ofício CGM/PK nº 306/2023 – Processo nº 22373/2023
Equipe:	01 servidores
Objetivo:	Verificar o cumprimento dos requisitos legais no controle de abastecimento e a utilização dos veículos por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, a fim de contribuir no exercício da fiscalização e execução dos contratos, bem como se estão sendo cumpridos os requisitos da Instrução Normativa STR 001/2015, que dispõe sobre o gerenciamento e procedimentos a serem adotados para controle do uso dos veículos oficiais do Município de Presidente Kennedy/ES.
Metodologia:	Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo, e Manual de Auditoria Interna Governamental, elaborado por esta Controladoria Geral, e aprovado pela Portaria nº 003/2021, que aprova a Instrução Normativa SCI nº 004/2020, versão 02.
Constatações:	Ainda em fase de análise.
Conclusão:	Ainda em fase de análise.

O trabalho de fiscalização deu-se início em 24/07/2023, com a designação da servidora Elizaura Barcelos Matias da Silva, através do Ofício CGM/PK nº 306/2023, Processo nº 22.373/2023.

O objetivo da auditoria é verificar o cumprimento dos requisitos legais no controle de abastecimento e a utilização dos veículos por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, a fim de contribuir no exercício da fiscalização e execução

dos contratos, bem como se estão sendo cumpridos os requisitos da Instrução Normativa STR 001/2015, que dispõe sobre o gerenciamento e procedimentos a serem adotados para controle do uso dos veículos oficiais do Município de Presidente Kennedy/ES, conforme constante no Acórdão 01591/2020-9 2ª Câmara, Processo TC 03518/2020-1.

Adotou-se a metodologia por amostragem, no qual demanda a análise e revisão dos contratos (selecionados) celebrados pela Secretaria Municipal de Transporte e Frota, cujo objeto é a locação de veículos para atender ao Município de Presidente Kennedy, no exercício de 2019, 2020 e 2021, bem como os controles de veículos constantes na IN STR 001/2015.

A comunicação do início dos trabalhos de fiscalização ocorreu em 31/10/2023, através do Ofício CGM/PK nº 398/2023, Protocolo nº 33.004/2023, direcionado à Secretaria Municipal de Transporte e Frota. Durante os trabalhos de fiscalização foram realizadas diversas diligências à Secretaria Municipal de Transporte e Frota para requisição de documentos e informações, conforme evidenciado:

- Ofício CGM/PK nº 432/2023, datado de 16/11/2023;
- Ofício CGM/PK nº 476/2023, datado de 20/12/2023;
- Ofício CGM/PK nº 480/2023, datado de 26/12/2023;
- Ofício CGM/PK nº 162/2024, datado de 25/04/2024;
- Ofício CGM/PK nº 176/2024, datado de 07/05/2024;
- Ofício CGM/PK nº 226/2024, datado de 12/07/2024.

Atualmente, a auditoria encontra-se em andamento, em fase de elaboração do Relatório Preliminar de Auditoria, com previsão para conclusão em 2025. Espera-se como resultado da auditoria a constatação de obediência à legislação, aos procedimentos das instruções normativas e aos princípios constitucionais da Administração Pública, satisfazendo às exigências legais vigentes.

2.1.3 Avaliar cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de Administração e Recursos Humanos e pontos de controle relativos à prestação de contas – Prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES

Área Auditada:	Secretaria Municipal de Administração
Escopo:	As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como referência processos selecionados por amostragem, no exercício de 2023.
Período:	Início em abril de 2023, através do Ofício CGM/PK nº 469/2023 – Processo nº 38.249/2023
Equipe:	01 servidores
Objetivo:	Verificar o cumprimento dos requisitos legais e normas procedimentais relativas ao SRH bem como pontos de controle definidos constantes no item 2.6 da IN TC 068/020.
Metodologia:	Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo, e Manual de Auditoria Interna Governamental, elaborado por esta Controladoria Geral, e aprovado pela Portaria nº 003/2021, que aprova a Instrução Normativa SCI nº 004/2020, versão 02.
Constatações:	Ainda em fase de análise.
Conclusão:	Ainda em fase de análise.

O trabalho de fiscalização deu-se início em 18/12/2023, com a designação do servidor Jorge Francisco Ramos Gonçalves, através do Termo de Designação nº 001/2023, Ofício CGM/PK nº 469/2023, Processo nº 38.429/2023.

O objetivo da auditoria é verificar o cumprimento dos requisitos legais e normas procedimentais relativas ao SRH bem como pontos de controle definidos constantes no item 2.6 da IN TC 068/020. Como metodologia, adotou-se o método por amostragem, tendo por base processos seletivos do exercício de 2023, que incluem admissões de processos seletivos, cessão de servidor e nomeações.

A comunicação do início dos trabalhos de fiscalização ocorreu em 18/12/2023, através do Ofício CGM/PK nº 470/2023, Protocolo nº 38.250/2023, direcionado à Secretaria Municipal de Administração. Durante os trabalhos de fiscalização foram realizadas diversas diligências, conforme segue:

- Ofício CGM/PK nº 477/2023, datado de 26/12/2023, direcionado à Direção Geral de Recursos Humanos, com a requisição de documentos e informação para subsidiar os trabalhos de auditoria;

- Ofício CGM/PK nº 208/2024, datado de 03/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Educação, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 209/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Governo, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 210/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Saúde, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 211/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Obras, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 212/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Fazenda, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 213/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Assistência Social, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 214/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 215/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Segurança Pública, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 216/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 217/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Transporte e Frota, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 218/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 219/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 220/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 221/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Coordenadoria de Comunicação, comunicando início de fiscalização;
- Ofício CGM/PK nº 222/2024, datado de 04/07/2024, direcionado à Procuradoria Geral do Município, comunicando início de fiscalização;

Atualmente, a auditoria encontra-se em andamento. Espera-se como resultados a constatação de obediência à legislação, aos procedimentos das instruções normativas e aos princípios constitucionais da Administração Pública, satisfazendo às exigências legais vigentes.

O processo está em fase de análise das informações apresentadas para posterior elaboração do Relatório Preliminar.

2.1.4. Das Ações de Monitoramento Previstas para Exercício 2024

O monitoramento tem por objetivo verificar o cumprimento das deliberações exaradas pelos órgãos de controle externo – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal – e pelo órgão de controle interno – Controladoria Geral do Município – bem como acompanhar os resultados decorrentes das auditorias já realizadas e quantificar, sempre que possível, os benefícios efetivos delas decorrentes.

Assim sendo, neste capítulo mencionaremos as atividades de monitoramento que foram realizadas no exercício de 2023 tendo em vista as auditorias realizadas(s) no(s) exercício(s) anteriores pelos órgãos de controle externo e pela própria Controladoria Geral do Município.

2.1.4.1 Das Ações de Monitoramento das alterações e ajustes nas normas que compõe o sistema de controle interno do Municipal de Presidente Kennedy.

Em razão da evidenciação de ajustes e adequações nas normas que compõe o Sistema de Controle Interno do Município de Presidente Kennedy, desde o ano de a Controladoria Geral do Município realiza a circularização de ofícios a todos os gestores responsáveis pelos sistemas, para fins de ratificar quanto a necessidade de cumprimento das normas e adequações aquelas que prescindem de ajustes, face a atualização de normas federais e estaduais.

Desta forma esta Controladoria Geral do Município recomenda que os órgãos responsáveis apontassem quanto aos aspectos a serem revisados e atualizados, restando para este ano a evidenciação quanto a finalização da tramitação dos processos de atualização das normas que compõe o Sistema de Controle Interno do Município de Presidente Kennedy, conforme se constata em tabela abaixo:

Em 2024, foram realizadas revisões nas Instruções Normativas que compõem os sistemas de controle interno da administração pública municipal, com alterações e criação de novos normativos, com o objetivo de estabelecer procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho relacionada aos sistemas administrativos. Apresenta-se abaixo a relação das Instruções Normativas que sofreram alterações e/ou foram criadas em 2024:

Tabela 5 - Relação de Instruções Normativas alteradas/criadas

Sistema	Instrução Normativa	Secretaria Responsável
Sistema de Tecnologia da Informação	IN STI 001/2015 versão 02	Administração
Sistema de Serviços Gerais	IN SSG nº 001/2015 versão 02	Administração
Sistema de Controle Patrimonial	IN SCP nº 001/2013 IN SCP nº 002/2013 IN SCP nº 003/2013	Administração
Sistema de Compras, Licitações e Contratos	IN SCL nº 001/2014 IN SCL nº 002/2014 IN SCL nº 003/2014 IN SCL nº 004/2014 IN SCL nº 005/2014 IN SCL nº 006/2014 IN SCL nº 007/2016 IN SCL nº 008/2017 versão 02	Administração
Sistema Financeiro	IN SFI nº 001/2013 versão 02 IN SFI nº 002/2014 IN SFI nº 003/2014 IN SFI nº 004/2014 IN SFI nº 005/2014 IN SFI nº 006/2014	Fazenda
Sistema de Tributação	IN STB nº 001/2014 IN STB nº 002/2014 IN STB nº 003/2014 IN STB nº 004/2014 IN STB nº 005/2016	Fazenda
Sistema de Contabilidade	IN SCO nº 001/2013	Fazenda
Sistema de Transporte	IN STI nº 001/2015 versão 03	Transporte
Sistema de Saúde Pública	IN SSP nº 001/2014 IN SSP nº 002/2014	Saúde

	IN SSP nº 003/2014 IN SSP nº 004/2014 IN SSP nº 005/2017	
Sistema de Habitação	IN SHAB nº 001/2015 versão 02	Obras, Serviços Públicos e Habitação
Sistema de Obras Públicas	IN SPOP nº 001/2015 versão 02 IN SPOP nº 002/2015 IN SPOP nº 003/2018	Obras, Serviços Públicos e Habitação
Sistema de Consórcio e Convênios	IN SCC nº 001/2015 IN SCC nº 002/2015	Desenvolvimento Econômico
Sistema de Comunicação Social	IN SCS nº 001/2015	Comunicação
Sistema de Recursos Humanos	IN SRH nº 001/2015 IN SRH nº 002/2015 IN SRH nº 003/2018	Recursos Humanos
Sistema de Agricultura e Pesca	IN SAP nº 001/2018	Agricultura

Os trabalhos foram conduzidos pela servidora Elizaura Barcelos Matias da Silva, atualmente responsável pelo Sistema de Controle Interno, em conjunto com a servidora Edilene Paz dos Santos, Controladora Geral do Município à época; e pelos responsáveis dos sistemas administrativos relacionados às Instruções Normativas acima.

Além das atualizações mencionadas, durante o ano de 2024 foram realizados procedimentos para atualizações das instruções normativas do Sistema Financeiro, Sistema de Controle Patrimonial, e outro normativo do Sistema de Administração de Recursos Humanos, no qual ainda se encontra em andamento.

Isto posto, as Secretarias Municipais ficaram responsáveis pela atualização das normas, bem como pela comunicação à Controladoria Geral para a devida publicação no portal da Controladoria Geral, através do link: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/controladoria/legislacao/index/IN>.

Tendo nesse viés realizado reuniões periódicas para a atualização de todas as normas que compõe todos os Sistemas, todavia, devido ao grande fluxo de atividades.

2.1.4.2 Das Ações de Monitoramento das Recomendações do Relatório de Auditoria nº 001/2022 - Cumprimento das normativas e do gasto com concessão de diárias aos servidores da Câmara Municipal

Através do Processo nº 9669/2022, designou-se a servidora Flávia Magalhães Duarte Borges, para o monitoramento das recomendações indicadas no Relatório Conclusivo de Auditoria nº 001/2022, que objetivou avaliar o cumprimento das normativas e do gasto com a concessão de diárias aos servidores da Câmara Municipal de Presidente Kennedy/ES.

O trabalho de monitoramento teve início em 06/03/2023, com a expedição do Ofício CGM/PK nº 081/2023, direcionado ao Presidente da Câmara Municipal, oportunidade em que foram solicitadas informações quanto ao cumprimento das recomendações, anexando os documentos comprobatórios. Em 19/04/2023 teve nova expedição de Ofício CGM/PK nº 125/2023, para complementação de resposta, com documentos comprobatórios.

A conclusão do trabalho de monitoramento ocorreu em 03/06/2024, com expedição do Relatório de Auditoria de Monitoramento nº 001/2024, aprovado pela Controladora Geral do Município em 13/06/2024, e cientificado à Câmara Municipal de Presidente Kennedy em 19/09/2024, através do Ofício CGM/PK nº 204/2024.

Como resultado, constatou-se que as medidas implementadas pela Câmara Municipal de Presidente Kennedy, conforme evidenciado na Resolução nº 059/2022, bem como na consulta à base de dados contábil e no Portal da Transparência (mediante amostragem das diárias concedidas nos meses de outubro de 2022 e abril de 2023) e nos demais documentos analisados, mostraram-se eficazes em atender às recomendações da auditoria. Além disso, as adequações procedimentais reforçaram a conformidade com a legislação vigente, promovendo maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.1.4.3 Das ações de monitoramento do cumprimento de metas dos Planos Municipais De Educação, correspondente à meta 7 do Plano Nacional de Educação

A ação de monitoramento no cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação foi estabelecida com base na Decisão Monocrática 00926/2021-3, advindo de fiscalização da modalidade acompanhamento realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. A decisão evidenciou ações para monitoramento contínuo, dado o achado de não cumprimento da Meta 7 do PNE. Além da Meta 7, também identificou recomendação quanto a estratégia 1.4 do PNE, nos autos do Relatório Parcial de Acompanhamento, Apêndice 00284/2021-7, Processo TC nº 2269/2021-1.

Através do Processo nº 24.127/2021, em 15/08/2022, designou-se as servidoras Flávia Magalhães Duarte Borges e Elizaura Barcelos Matias da Silva, para realização das ações de monitoramento, com as seguintes questões de auditoria:

Q1: Houve o fomento a qualidade da Educação Básica?

Q2: Houve evolução do Município frente às médias nacionais?

Q3: As ações planejadas estão sendo executadas e atingem qual quantitativo de alunos?

Em 17/03/2023, foi elaborado a Matriz de Monitoramento de Auditoria, em consonância ao estabelecido na Instrução Normativa SCI nº 004/2020 e encaminhado à Controladora Geral do Município para aprovação. Sendo aprovado em 21/07/2023, e incluindo dentre as questões, o Relatório do TCEES, Processo TC nº 3330/2019, que tratou sobre o levantamento da oferta e demanda por vagas, dos quais os indicadores do IDEB também foram considerados.

Em 06/06/2024 foi expedido Ofício CGM/PK nº 199/2024, Processo nº 16.118/2024, à Secretaria Municipal de Educação cientificando quanto ao início dos trabalhos de monitoramento, e solicitando informações para subsidiar a análise.

Atualmente, as ações de monitoramento encontram-se em andamento. Como resultados, espera-se o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação, bem como as metas do Plano Nacional de Educação.

2.2 DAS ANÁLISES TÉCNICAS

No exercício de 2024 foram elaboradas 29 (vinte e nove) análises técnicas de processos administrativos encaminhados por Gestores, cujo objetivo foi de verificar a regularidade dos atos e proceder orientações diversas sobre demandas pontuais.

Assim, embora à análise técnica não tenha o alcance de auditoria, procedemos com as devidas orientações no intuito de prevenir os atos administrativos e alcançar as melhores práticas administrativas na execução/ gestão dos contratos.

ITEM	ÓRGÃO REQUERENTE	PROCESSO	ASSUNTO	DATA
01	Secretaria Municipal de Saúde	36.618/2023	Formalização de Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Presidente Kennedy e o Consórcio Público da REGIÃO Polo Sul – CIM Polo Sul	22/01/2024
02	Coordenação de Habitação de Interesse Social	163/2024	Orientação sobre a prorrogação dos contratos vigentes de locação de imóveis para atender ao Programa de Habitação Popular	Parecer não tem data, mas o arquivo está datado de 23/02/2024
03	Câmara Municipal	2923/2024	Manifestação TC nº 759/2023-8 – Notícia de Irregularidade	20/02/2024
04	Secretaria Municipal de Saúde	36.618/2023	Formalização de Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Presidente Kennedy e o Consórcio Público da REGIÃO Polo Sul – CIM Polo Sul	20/02/2024
05	Comissão Permanente de Licitação	818/2024	Processo de Penalização em face da CONSTRUSUL CONSTRUTORA LTDA EPP	11/03/2024
06	Coordenação de Habitação de Interesse Social	163/2024	Orientação sobre a prorrogação dos contratos vigentes de locação de imóveis para atender ao Programa de Habitação Popular	18/03/2024
07	Secretaria Municipal de Fazenda (Parecer direcionado à Fazenda)	1796/2024	Pagamento à UP Brasil Administração e Serviço LTDA, referente a Nota Fiscal dos serviços prestados à Controladoria	Parecer não tem data, mas o arquivo está datado de 28/03/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

08	Secretaria Municipal de Saúde	1152/2024	Análise sobre acúmulo irregular de jornada de trabalho, o que é vedado pela CF, ar5t. 37, XVI. Origem: Manifestação 00683/2023-9, advinda da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	Parecer não tem data, mas o arquivo está datado de 01/04/2024
09	Comissão Permanente de Licitação	816/2024	Processo de Penalização em face da MOPREM CONSTRUTIRA LTDA	15/04/2024
10	Secretaria Municipal de Saúde	5211/2024	Formalização de Contrato de Programa a ser celebrado entre o Município de Presidente Kennedy e o Consórcio Público da REGIÃO Polo Sul – CIM Polo Sul	25/04/2024
11	Controladoria Geral do Município	29.305/2022	Solicitação de Processo Administrativo nº 2.126/2018, com vista a apurar responsabilidade em decorrência do Decreto Municipal nº 011/2018.	18/07/2024
12	Costa Sul Transporte e Turismo	12.193/2024	Solicitação de devolução de valor retido em decorrência declaração de nulidade e prescrição dos débitos imputados a empresa face ao Acórdão 00338/2019-8.	15/05/2024
13	Controladoria Geral do Município	10.926/2024	Verificação de suspensão dos serviços relativos ao Portal da Transparência	09/05/2024
14	Secretaria Municipal de Obras e Habitação	35.653/2023	Formalização de Convênio objetivando parceria com o DER/ES	20/05/2024
15	Controladoria Geral do Município	10.926/2024	Verificação de suspensão dos serviços relativos ao Portal da Transparência	27/05/2024
16	Secretaria Municipal de Saúde	4807/2024	Formalização de Contrato de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde (serviços médicos)	27/05/2024
17	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	17.753/2024	Informações para elaboração do Orçamento Anual de 2025.	08/07/2024
18	Câmara Municipal de Presidente Kennedy	2923/2024	Notícia de Irregularidade TC nº 759/2023-8.	29/08/2024
19	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	24572/2024	Ressarcimento de valores devidos referente às despesas da cessão do servidor ADEIR JOSÉ TEIXEIRA	21/08/2024
20	Procuradoria Geral do Município	25.920/2024	Informações relacionadas ao número de reclamações encaminhadas à Ouvidoria Municipal para subsidiar informações à Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy, em atenção ao Of. PGPK nº 147-2024.	05/09/2024
21	Secretaria	21.354/2024	Contratação de empresa	05/09/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

	Municipal de Educação		especializada para fornecimento de gêneros alimentícios para atender o desjejum e o lanche da tarde para atender a rede municipal de ensino no ano letivo de 2024 – Pregão Eletrônico nº 102/2023. Cometimento de infração gravosa.	
22	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	29.855/2024	Ressarcimento de valores devidos relativos à cessão do servidor ADEIR JOSE TEIXEIRA	09/10/2024
23	Secretaria Municipal de Governo	34.499/2024	Ciência do Ofício 05165/2024-5 – Ofício Submissão de Achados decorrente da instrução de Fiscalização por aquele órgão, nos autos do Processo TC 05181/2024-1, cujo objetivo é de avaliar se a política de pessoal do município privilegia a contratação de temporários ocasionando irregularidades e inconstitucionalidades.	19/11/2024 Envio a Direção Geral de Recursos Humanos
24	Secretaria Municipal de Governo	34.499/2024	Ciência do Ofício 05165/2024-5 – Ofício Submissão de Achados decorrente da instrução de Fiscalização por aquele órgão, nos autos do Processo TC 05181/2024-1, cujo objetivo é de avaliar se a política de pessoal do município privilegia a contratação de temporários ocasionando irregularidades e inconstitucionalidades.	21/11/2024 Envio à Secretaria de Administração
25	Controladoria Geral do Município	33.447/2024	Documento de Formalização de Demanda para contratação de prestação de serviços de Assistente Administrativo	22/11/2024
26	Secretaria Municipal de Governo	33.984/2024	Ofício 05165/2024-5 – Ofício Submissão de Achados	22/11/2024
27	Controladoria Geral do Município	36.128/2024	Inconsistência no Portal da Transparência, referente informações da execução financeira e orçamentária dos Contratos Administrativos	23/12/2024
28	Secretaria Municipal de Saúde	34.813/2024	Formalização de Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Presidente Kennedy e o Consórcio Público da REGIÃO Polo Sul – CIM Polo Sul	26/12/2024

2.2.1 Dos atendimentos as demandas dos Órgãos de Controle Externo

Ainda no ano de 2024, em cumprimento de nossa função de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as

unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos conforme determinação constante no inciso II do art. 5º da Lei Municipal de nº 1.076/2013.

Assim, no ano de 2024, recebemos vários expedientes para análises de processos advindos dos órgãos externos (TCE-ES, MPC, MP), conforme tabela a seguir discriminada, o qual coube a Controladoria Geral atuar através da circularização aos órgãos responsáveis para fins de solicitar informações, cientificar, ou atender recomendações ou determinações dos órgãos externos, além disso, realizamos o encaminhamento das informações aos órgãos, quando a situação assim o requeria.

Segue tabela das demandas discriminadas.

Nº. do Ofício / Órgão Expedidor	Data de Recebimento	Tipo de Recebimento	Assunto / Processo	Ofício CGM
Ouvidoria do TCEES	11/01/2024	E-mail	Manifestação 00683/2023-9 – Notícia de Irregularidade	Ofício CGM/PK nº 042/2024
Diário Oficial de Contas	22/01/2024	E-mail	Acórdão 01206/2023-5 1º Câmara – Julga REGULAR a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, referente ao exercício de 2022.	Ofício CGM/PK nº 063/2024
Ouvidoria do TCEES	30/01/2024	E-mail	Manifestação TC nº 759/2023-8 – acúmulo de cargo	Ofício CGM/PK nº 077/2024
				Ofício CGM/PK nº 082/2024
				Ofício CGM/PK nº 086/2024
TCEES	31/01/2024 (envio)	Não localizado	Acórdão 01162/2023-6 – Plenário – Fiscalização de Acompanhamento destinada a examinar a regularidade das folhas de pagamentos dos Órgãos Jurisdicionados, cujo escopo foi	Ofício CGM/PK nº 078/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

			relacionar à situação de incapacidade permanente dos servidores municipais e estaduais ao trabalho, bem como à acumulação de cargos em descumprimento de carga horária.	
Ofício de Requisição - TCEES	16/02/2024	E-mail	Fiscalização nos contratos vigentes de serviços terceirizados de mão de obra: Solicita planilha de composição de preços e custos unitários atualizadas decorrentes das repactuações do Contrato nº 250/2020 e Contrato nº 205/2022.	Ofício CGM/PK nº 084/2024
Ofício de Requisição - TCEES	29/11/2023 (Reiterado) e cobrado novamente em 2024 para envio	E-mail	Fiscalização nos contratos vigentes de serviços terceirizados de mão de obra: Solicita cópia do Termo de Repactuação do Contrato nº 143/2022	Ofício CGM/PK nº 085/2024
CidadES	23/02/2024 (envio)	E-mail	Termo de Notificação Eletrônico - Alerta Constitucional, referente ao 6º Bimestre de 2023 da Câmara Municipal de Presidente Kennedy (058L0200001),	Ofício CGM/PK nº 092/2024
Ofício Circular TC nº 01/2024 – Transparência Capixaba	05/03/2024	E-mail	Cronograma de início da avaliação do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2024	Ofício CGM/PK nº 098/2024
				Ofício CGM/PK nº 105/2024
				Ofício CGM/PK nº 106/2024
				Ofício CGM/PK nº 107/2024
				Ofício CGM/PK nº 108/2024
				Ofício CGM/PK nº 109/2024
				Ofício CGM/PK nº 110/2024
				Ofício CGM/PK nº 111/2024
				Ofício CGM/PK nº 112/2024
				Ofício CGM/PK nº

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

				113/2024
				Ofício CGM/PK nº 114/2024
				Ofício CGM/PK nº 115/2024
				Ofício CGM/PK nº 116/2024
				Ofício CGM/PK nº 117/2024
				Ofício CGM/PK nº 118/2024
				Ofício CGM/PK nº 122/2024
				Ofício CGM/PK nº 138/2024
				Ofício CGM/PK nº 144/2024
CidadES	14/03/2024	E-mail	Termo de Notificação Eletrônico - Alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao 1º Bimestre de 2024 da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (058E0700001) e Termo de Notificação Eletrônico – Alerta Constitucional, referente ao 1º Bimestre de 2024 da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (058E0700001),	Ofício CGM/PK nº 127/2024
CidadES	15/03/2024	E-mail	Solicitação de informação da lei que alterou o subsídio de prefeito	Ofício CGM/PK nº 130/2024
TCEES	25/03/2024	E-mail	ALERTA emitido ao Poder Executivo Municipal de Presidente Kennedy, conforme disposto no §1º, inciso I, do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), pelo fato de o jurisdicionado apresentar tendência ao descumprimento de meta(s) estabelecida(s) na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com	Ofício CGM/PK nº 142/2024
CidadES	16/04/2024	E-mail	Encerramento de prazo de envio da Prestação de Contas de Folha de Pagamento, referente a março de 2024, da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy - ES (058E0700001).	Ofício CGM/PK nº 155/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

Ofício de Comunicação de Fiscalização - Ofício 01705/2024-2	24/04/2024	E-mail	Auditoria Operacional para avaliar se os pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Estado do Espírito Santo e dos municípios, estão suficientes e adequados para o atendimento dos portadores de transtornos mentais e usuários de álcool e drogas. Termo de Designação 24/2024 – Processo 2153/2024.	Ofício CGM/PK nº 160/2024
Ofício de Comunicação de Fiscalização - Ofício 01705/2024-2 TCEES	24/04/2024	E-mail	Auditoria Operacional para avaliar se os pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Estado do Espírito Santo e dos municípios, estão suficientes e adequados para o atendimento dos portadores de transtornos mentais e usuários de álcool e drogas. Termo de Designação 24/2024 – Processo 2153/2024.	Ofício CGM/PK nº 161/2024
Diário Oficial de Contas	29/04/2024	E-mail	Acórdão 00374/2024-1 – Referente ao Acompanhamento, realizado pelo Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Meio Ambiente, Saneamento e Mobilidade Urbana (NASM), com a finalidade de acompanhar as providências adotadas pelos titulares dos 78 (setenta e oito) municípios capixabas dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbano (SMRSU), quanto à definição da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços, bem como quanto ao estabelecimento de cobrança pelos SMRSU's, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira destes serviços.	Ofício CGM/PK nº 163/2024
CidadES	26/04/2024	E-mail	Orientações acerca de Consistências impeditivas – CidadES Folha de Pagamento	Ofício CGM/PK nº 164/2024
TCEES	22/07/2024 (envio)	Não localizado	Acórdão TC 00570/2024-8 - Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, tendo como objetivo avaliar a governança das políticas para primeira infância no Estado e nos municípios capixabas, com ênfase em aspectos	Ofício CGM/PK nº 182/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

			estruturantes relativos a planos, intersectorialidade e orçamento, que abrangendo os 78 municípios capixabas.	
Ofício Circular 2011/2024 TCEES	13/05/2024	E-mail	Acórdão TC 102/2024 - Auditoria Operacional (AOP) conduzida pelo Núcleo de Controle Externo de Saneamento, Meio Ambiente e Mobilidade Urbana (NASM), realizada no âmbito do Processo TC 2510/2022-6, cujo objetivo era avaliar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico (Pesb), nas vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, do ente auditado – a Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb).	Ofício CGM/PK nº 183/2024
				Ofício CGM/PK nº 195/2024
Diário Oficial de Contas	13/05/2025	E-mail	Acórdão TC 00441/2024 -9 Plenário - Auditoria de Conformidade realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos autos do Processo nº 5721/2023-6, com o objetivo de fiscalizar a existência e a eficácia de programa de manutenção das unidades educacionais do Estado e dos municípios a partir dos resultados apontados na Operação Educação (Fiscalização 7/2023), que identificou inadequações nas edificações causadas pela ausência de manutenção e reparos	Ofício CGM/PK nº 184/2024
Ofício 02097/2024-7 TCEES	16/05/2024	E-mail	Apresentação de equipe de fiscalização, que realizaram os trabalhos de fiscalização objetivando acompanhar de forma concomitante licitações de obras e serviços de engenharia, selecionadas conforme critérios de materialidade, risco, oportunidade e relevância.	Ofício CGM/PK nº 187/2024
				Ofício CGM/PK nº 188/2024
Ofício 02151/2024-8 TCEES	17/05/2024	E-mail	Requisição de Documentos e Informações para Fiscalização do TCEES nas licitações de obras e serviços de engenharia	Ofício CGM/PK nº 190/2024
				Ofício CGM/PK nº 191/2024
				Ofício CGM/PK nº 191/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

				Ofício CGM/PK nº 193/2024
OF. CIRCULAR TC Nº 02/2024	10/05/2024	E-mail	Resultado Preliminar da avaliação Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2024	Ofício CGM/PK nº 194/2024
Diário Oficial de Contas	29/05/2024	E-mail	Decisão Plenária nº 08, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre os órgãos e entidades jurisdicionados que terão processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento, em relação ao exercício de 2023, no âmbito da administração estadual e municipal, dentre o qual a Unidade Gestora da Secretaria Municipal de Segurança Pública encontra-se dentre os órgãos que serão suas contas constituídas para fins de julgamento.	Ofício CGM/PK nº 196/2024
Diário Oficial de Contas	29/05/2024	E-mail	Decisão Plenária nº 08, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre os órgãos e entidades jurisdicionados que terão processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento, em relação ao exercício de 2023, no âmbito da administração estadual e municipal, dentre o qual a Câmara Municipal de Presidente Kennedy encontra-se dentre os órgãos que serão suas contas constituídas para fins de julgamento.	Ofício CGM/PK nº 197/2024
CidadES	16/07/2024 (Envio)	E-mail	Orientação sobre dados classificados incorretamente ou equivocados nos cadastros do cargo/função de contratações temporárias de servidores públicos e nos dados de suas folhas de pagamento.	Ofício CGM/PK nº 227/2024
CidadES	23/07/2024	E-mail	ALERTA emitido ao Poder Executivo Municipal de Presidente Kennedy, conforme disposto no §1º, inciso I, do art. 59 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), pelo fato de o jurisdicionado apresentar tendência ao descumprimento de meta(s) estabelecida(s) na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base nas prestações de contas mensais	Ofício CGM/PK nº 231/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

			referentes ao 3º Bimestre de 2024 do sistema CidadES.	
Ofício 03158/2024-1 e Ofício 03177/2024-4 TCEES	29/07/2024	E-mail	Comunica início dos trabalhos de fiscalização nesta Municipalidade, na modalidade Auditoria de Conformidade – Processo TC 05348/2024-4, objetivando fiscalizar as obras rodoviárias com ênfase no controle de qualidade dos serviços por meio de ensaios tecnológicos. Solicita o envio de informações e documentos.	Ofício CGM/PK nº 236/2024
				Ofício CGM/PK nº 237/2024
Ofício 03609/2024-1 TCEES	19/08/2024	E-mail	Fiscalização do TCEES nas licitações de obras e serviços de engenharia. Acompanhamento das licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia, no qual solicita, que seja encaminhado por e-mail, junto com os documentos já solicitados anteriormente, o link com o endereço eletrônico completo da publicação do edital de licitação e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).	Ofício CGM/PK nº 243/2024
				Ofício CGM/PK nº 244/2024
				Ofício CGM/PK nº 245/2024
Diário Oficial de Contas	26/08/2024	E-mail	Acórdão TC 00921/2024-5 – Plataforma de Pregão Eletrônico	Ofício CGM/PK nº 246/2024
Diário Oficial de Contas	26/08/2024	E-mail	Acórdão TC 00883/2024-3 – Resultado da fiscalização estrutura sistêmica para oferta do Transporte Escolar nas redes públicas de ensino dos municípios e do Estado do Espírito Santo.	Ofício CGM/PK nº 247/2024
Diário Oficial de Contas	02/09/2024	E-mail	Acórdão TC 00570/2024-8 - Auditoria Operacional de políticas para primeira infância.	Ofício CGM/PK nº 249/2024
				Ofício CGM/PK nº 250/2024
Ofício 04075/2024-4 TCEES	17/09/2024	E-mail	Requisição de informações relativas ao processo de fiscalização TC 03519/2023-1, cujo objetivo é realizar o levantamento de dados e informações sobre os sistemas e ações relacionadas ao monitoramento das políticas públicas de assistência social, saúde e	Ofício CGM/PK nº 257/2024
				Ofício CGM/PK nº 259/2024
				Ofício CGM/PK nº 260/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

			educação.	Ofício CGM/PK nº 261/2024
CidadES	26/09/2024	E-mail	TERMO DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICO 01691/2024-4, emitido pelo CidadES, em atenção ao disposto no §1º, inciso I, do art. 59 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), pelo fato de o jurisdicionado apresentar tendência ao descumprimento de meta(s) estabelecida(s) na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base nas prestações de contas mensais referentes ao 4º Bimestre de 2024 do sistema CidadES	Ofício CGM/PK nº 266/2024
Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação (Neduação) TCEES	02/10/2024	E-mail	Atualização de cadastro sobre o Conselho Municipal de Educação	Ofício CGM/PK nº 268/2024
Diário Oficial de Contas	21/10/2024	E-mail	Acórdão 01153/2024-5 Plenário, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, acerca da fiscalização realizada em cumprimento ao Plano Anual de Controle Externo (PACE), cujo objetivo era fiscalizar a aplicação de recursos oriundos do orçamento da União, advindos das emendas parlamentares individuais, Emenda Constitucional 105/2019 (art. 166-A), na modalidade denominada de Transferência Especial, popularmente conhecida como emenda PIX, e que foram repassados a Poderes Executivos em solo capixaba	Ofício CGM/PK nº 278/2024
CidadES	11/11/2024	E-mail	Termo de Ciência Eletrônico, encaminhado pelo CidadES, referente ao Resultado do Ponto de Controle 1119 – Agente público recebendo acima do subsídio mensal do Prefeito, referencia 09/2024, do Fundo Municipal	Ofício CGM/PK nº 292/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

			de Saúde de Presidente Kennedy.	
Ofício 05165/2024- 5 TCEES	22/11/2024	E-mail	Processo TC 05181/2024-1 - fiscalização de contratação temporária, informamos que o presente trabalho está sendo realizado na modalidade "Acompanhamento"	Ofício CGM/PK nº 294/2024
				Ofício CGM/PK nº 318/2024
CidadES	12/11/2024	E-mail	Termo de Ciência Eletrônico, encaminhado pelo CidadES, referente ao Resultado do Ponto de Controle 1156 – PCM X Contratação – Chave de Identificação da Contratação, referência 10/2024, inerente às Contas Mensais da UG Fundo Municipal de Assistência Social.	Ofício CGM/PK nº 297/2024
CidadES	12/11/2024	E-mail	Termo de Ciência Eletrônico, encaminhado pelo CidadES, referente ao Resultado do Ponto de Controle 1156 – PCM X Contratação – Chave de Identificação da Contratação, referência 10/2024, da Secretaria Municipal de Educação.	Ofício CGM/PK nº 298/2024
CidadES	12/11/2024	E-mail	Termo de Ciência Eletrônico, encaminhado pelo CidadES, referente ao Resultado do Ponto de Controle 1156 – PCM X Contratação – Chave de Identificação da Contratação, referência 10/2024, inerente às Contas Mensais; bem como o Ponto de Controle 1119 – Agente público recebendo acima do subsídio mensal do Prefeito, referência 10/24, inerente à Folha de Pagamento, da UG Fundo Municipal de Saúde.	Ofício CGM/PK nº 299/2024
CidadES	12/11/2024	E-mail	Termo de Ciência Eletrônico, encaminhado pelo CidadES, referente ao Resultado do Ponto de Controle 1156 – PCM X Contratação – Chave de Identificação da Contratação, referência 10/2024, inerente às Contas Mensais da UG Secretaria Municipal de Segurança Pública.	Ofício CGM/PK nº 300/2024
CidadES	18/11/2024	E-mail	Termo de Notificação Eletrônico – Alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal e Alerta Constitucional, ambos referente ao 5º Bimestre de 2024 da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy que se encontra pendente de	Ofício CGM/PK nº 301/2024
				Ofício CGM/PK nº 302/2024

			assinatura pelo Ordenador de Despesas.	
CidadES	25/11/2024	E-mail	Solicita processos em anexo, referente a Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy – Exercício 2024 ao Resultado do Ponto de Controle 1.1.2 Despesa – realização sem prévio empenho.	Ofício CGM/PK nº 313/2024

TOTAL DAS DEMANDAS DA CGM (POR LOCAL) ADVINDAS DE ÓRGÃO EXTERNO	
CidadES	15
TCEES	14
Diário Oficial de Contas	10
Ouvidoria do TCEES	2
Avaliação da Transparência	2

2.3 TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.

Esta Controladoria Geral elaborou Manual de Tomada de Contas Especial que é parte integrante da Instrução Normativa SCI nº 005/2020, cuja finalidade é orientar os gestores e servidores públicos quanto à instauração de Tomada de Contas Especial, considerando as suas características, os pressupostos para a instauração do procedimento, a sua formalização, o cálculo do débito e a legislação aplicável, além de outros elementos que possam, de algum modo, nortear as ações dos agentes públicos que comporão a comissão para atuar no processo, além de evitar erros na formalização dos processos, visando o resguardo da integridade dos recursos públicos.

A Instrução Normativa SCI nº 005/2020, tem por finalidade dispor sobre os procedimentos e metodologia para a realização de Tomada de Contas Especial, no âmbito da administração direta e indireta do poder executivo e legislativo, em face da ausência de adoção das medidas administrativas internas com vistas à

recomposição do Tesouro Municipal, caracteriza grave infração à norma legal e sujeita a autoridade administrativa municipal omissa à responsabilidade solidária e às sanções cabíveis.

Dito isto, no ano de 2024, o em âmbito municipal NÃO tramitou processos de Tomada de Contas Especial.

2.4 DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Conforme disposição contida na Lei Municipal nº 1.082/2013, compete a Controladoria Geral do Município, na condição de autoridade de monitoramento, observadas as competências dos demais órgãos e entidades, assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, avaliar e monitorar a implementação do serviço de acesso a Informação e apresentar ao dirigente máximo de cada órgão ou entidade a divulgação e orientar quanto ao necessário e efetivo cumprimento do demandas, quais sejam, das informações e solicitações feitas junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que funciona junto à Ouvidoria Municipal, localizado na Sede do Município de Presidente Kennedy, órgão central gerenciador das demandas e transmissor das informações aos cidadãos.

O e-Sic eletrônico é uma plataforma virtual destinada a receber pedidos de informação, que tem a funcionalidade de receber, processar, encaminhar e fornecer informações pertinentes a transparência ativa e passiva, possibilitando todo cidadão (pessoa física ou jurídica) cadastrar sua solicitação de informação, a qual é imediatamente encaminhada para a Secretaria correspondente, que possui o prazo da lei para atender à solicitação do cidadão.

Assim, a Controladoria Geral e a Divisão de Tecnologia da Informação vêm promovendo orientações com os Gestores Municipais e servidores públicos que operam diariamente os sistemas, sobre as medidas necessárias para a efetiva implementação da Lei de Acesso a Informação, bem como promovendo o controle

quanto aos prazos definidos em lei para apresentação dos órgãos públicos municipais das informações/demandas solicitadas.

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic) tem sido utilizado pelos munícipes, possibilitando ao cidadão solicitar informações on line e a obtê-las nos prazos previstos em lei, sendo que o sistema tem evoluído, conforme demonstrado na imagem abaixo:

Gráfico 1 - Evolução do dos Chamados no Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic).

RELATÓRIO GERAL e-SIC

EXERCÍCIO 2017 a 2024

1. Relatórios Estatísticos do Sistema

No exercício de 2017 foram registradas o total de 19 (dezenove) solicitações no Sistema e-Sic, já no ano de 2018 foram registrados 178 (cento e setenta e oito) solicitações no Sistema e-Sic, ano de 2019, foram 415 (quatrocentos e quinze) solicitações no Sistema e-Sic, no ano de 2020, foram 484 (quatrocentos e oitenta e quatro), no ano de 2021, foram 316 (trezentos e dezesseis) e no ano de 2022, foram 407 solicitações no Sistema e-Sic já no ano de 2023 foram 404 (quatrocentos e quatro) conforme verifica-se no gráfico abaixo:



Informamos, ainda, que todas as solicitações realizadas foram feitas por meio eletrônico – SIC Eletrônico.

Nesse sentido, é nítida a evolução de acessos ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic) do ano de 2017 para 2024, e como a população tem utilizado essa ferramenta como meio de obter as informações.

Observa-se ainda que, a Administração Municipal por intermédio da Ouvidoria Municipal, tem pautado esforços, para que as demandas sejam respondidas em tempo hábil, conforme se através de relatório extraído do portal da Ouvidoria.

2.5 DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Município de Presidente Kennedy possui contrato com a empresa Alpha Tecnologia da Informação Ltda, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para reformulação, licença, treinamento, suporte mensal e hospedagem do Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES, e serviços de Implantação, licença, treinamento e suporte mensal do Portal da Controladoria da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES.

O portal da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e o Portal da Transparência são atualizados e reformulados quando necessário, além da padronização de e-mail institucional para cada setor, com criptografia SSL, sendo ainda objeto de contratação a disponibilização de treinamento e suporte.

Constata-se que no Portal da Transparência é possível encontrar todas informações quanto às despesas, receitas, pessoal, contas públicas, contratos, convênios, obras/serviços, desapropriações, planejamento, patrimônio, almoxarifado, dentre outras informações.

O Portal dispõe de mais acessibilidade, navegabilidade, tornando a pesquisa, visualizações dos dados e experiência dos usuários e cidadãos mais assertiva, dispondo de algumas ferramentas que auxilia o usuário na utilização do Portal, tais como: atalhos onde consegue aumentar o tamanho dos textos, diminuir o tamanho

dos textos, inverte cores, ir a página inicial do portal, ir para o início ou final da página, diminuir ou aumentar fonte, dentre outros atalhos.

Desse modo, destacamos que com o Portal da Transparência, a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy cumpriu os requisitos no que tange aos Dados abertos, que são formas de permitir que máquinas (computadores) sejam programados para acessar as informações, pesquisas exportação das informações para CSV, TXT e XML.

Ademais, o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, conta com acessibilidade por meio de dispositivos móveis (smartphones e tablets), dados abertos acessíveis por API (Application Programming Interface), que em português significa "Interface de Programação de Aplicativos", melhorias na acessibilidade ao Portal da Transparência para pessoas com de necessidades especiais, melhorias nas pesquisas e exibição de dados.

Importa ainda mencionar que estamos em fase de conclusão do Manual da Carta de Serviço ao Usuário, cuja finalidade é dispor de informações claras a respeito do serviço prestado, tempo de espera para atendimento, prazo máximo e locais para reclamação, entre outros serviços, que será normatizada por meio de ato específico de cada poder, conforme Lei 13.460 de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Por fim, ressaltamos que a Divisão de Tecnologia da Informação juntamente com a Coordenadoria de Comunicação desenvolveu projeto "Kennedy Online" é possível informar e solicitar serviços relacionados à coleta seletiva, saúde, transportes, serviços urbanos, notícias, ouvidoria, entre outros. O aplicativo está disponível para os sistemas operacionais IOS e Android.

Resta esclarecer que o Município de Presidente Kennedy no ano de 2024 foi submetido a várias fiscalizações relativas ao Portal da Transparência, a saber:

Em 2024, o Portal Oficial, Portal da Controladoria Geral e Portal da Transparência passaram por reformulação, em razão do término do Contrato nº 307/2022. Atualmente, o Município de Presidente Kennedy possui três contratações de empresas para licença de uso, manutenção e suporte dos portais, oriundo do Pregão Eletrônico nº 080/2023, conforme segue:

- Contrato nº 111/2024, firmado com a empresa ALAN BATISTA DIORIA LTDA, responsável pelos serviços de reformulação/implantação, licenciamento de uso, hospedagem, manutenção e suporte do Portal Oficial e correio eletrônico (e-mails);
- Contrato nº 112/2024, firmado com a empresa ALPHA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, responsável pelos serviços de reformulação/implantação, licenciamento de uso, hospedagem, manutenção e suporte do Portal da Controladoria Geral do Município;
- Contrato nº 113/2024, firmado com a empresa IBTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, responsável pelos serviços de reformulação/implantação, licenciamento de uso, hospedagem, manutenção e suporte do Portal da Transparência.

Para auxiliar na fiscalização e manutenção das informações no Portal, garantindo a transparência ativa das informações, a Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria/ADM/Nº 044/2024, designou servidores para fiscalização do Portal da Transparência e Portal Oficial, quais sejam:

- a) Secretaria de Administração:
 - 1. Divisão de Tecnologia da Informação: Amós da Silva Cruz Fernandes;
 - 2. Direção Geral de Recursos humanos: Meyrielli dos Santos Bernardo;
 - 3. Divisão de Compras: Izadora Cordeiro dos Santos;
 - 4. Divisão de Contratos: Igor Junior das Neves Borges;
 - 5. Comissão Permanente de Licitação (CPL): Selma Henriques de Souza;
 - 6. Licitação Pregão: Mezaque da Silva José Rodrigues;
 - 7. Direção de Gestão e Planejamento: Juliana Araújo Ramos;
 - 8. Dispensa de Licitação: Sheila Bahiense Mussi;
 - 9. Divisão de Patrimônio: Alexandre Martini de Backer.
- b) Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Orçamento: Gastão França Sardenberg.

- c) Secretaria da Fazenda: Financeiro: Marilza Machado Macedo de Almeida.
- d) Secretaria Municipal de Governo: Jean Paz Rosa;
- e) Secretaria Municipal de Educação: Ronyelle Pinto da Silva;
- f) Secretaria Municipal de Obras e Habitação: Vania Cristina Correa Soares; Secretaria de Transporte e Frotas: Larisse Benevides Fontana;
- g) Secretaria Municipal de Saúde: Tássia Roberta dos Santos Pinto Correa;
- h) Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Suellen Ferreira Carvalho;
- i) Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca: Débora Costalonga Bahiense;
- j) Secretaria Municipal de Segurança Pública: Paulo Henrique Klein Soares Ferreira;
- k) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Jorgian de Lima Gomes;
- l) Secretaria Municipal de Serviços Públicos: Jerônimo Agrizzi de Melo;
- m) Secretaria Municipal de Assistência Social: Fernanda de Barros e Barros Godoy;
- n) Coordenadoria de Comunicação Institucional: Maisson Rodrigues das Neves;
- o) Controladoria Geral do Município: Flávia Magalhães Duarte Borges;
- p) Procuradoria Geral Municipal: Karina Terra Tonon.

Através da Portaria/ADM/Nº 033/2024, foi designado servidores para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 111/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 080/2023, referente a Contratação Exclusiva de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte Para Execução de Serviços de Reformulação e Implantação, Licenciamento de uso, Suporte Técnico e Hospedagem Mensal do Portal Oficial, Correio Eletrônicos (e-mails) da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy - ES. Dentre os servidores designados estão:

- a) Secretaria Municipal de Administração: Amós da Silva Cruz Fernandes;
- b) Controladoria Geral do Município: Flávia Magalhães Duarte Borges;
- c) Procuradoria Geral Municipal: Karem Martins Campos; e
- d) Coordenadoria de Comunicação: Maisson Rodrigues das Neves.

E para fiscalização do Contrato nº 112/2024, foi designado a servidora Flávia Magalhães Duarte Borges (Fiscal Titular) e Jorge Francisco Ramos Gonçalves (Fiscal Substituto) para fiscalização do Portal da Controladoria.

No Portal da Transparência do Município é possível encontrar informações relativas às despesas, receitas, pessoal, contas públicas, contratos, convênios, obras/serviços, desapropriações, planejamento, patrimônio, almoxarifado, dentre outras informações.

O Portal dispõe de acessibilidade, navegabilidade, tornando a pesquisa, visualizações dos dados e experiência dos usuários/cidadãos mais assertiva, dispondo de algumas ferramentas que auxilia na utilização do Portal, tais como: atalhos onde consegue aumentar e diminuir o tamanho dos textos, contraste, acessibilidade, dentre outros.

O Portal também possui ferramenta de Dados abertos (API), que reúne diversas bases de dados relevantes em formato aberto (.csv, .txt, .xml, .json) para amplo acesso da população, sendo uma importante ferramenta para o fortalecimento da transparência, inovação e participação social no município. O Portal de Dados Abertos é divulgado com destaque a partir do Portal Oficial e do Portal da Transparência.

Durante o ano de 2024, a Controladoria Geral do Município expediu 67 ofícios relacionados ao Portal da Transparência, evidenciando a atuação proativa no monitoramento e fiscalização do cumprimento das normativas de transparência. Os ofícios foram direcionados aos Gestores e aos Fiscais dos Contratos, para adoção de medidas corretivas para adequação das informações no Portal, dada a ausência e inconsistências evidenciadas, bem como comunicando quanto ao início das fiscalizações dos órgãos de controle externo e avaliações interdependentes.

Além disso, em 2024, também foram realizadas 04 (quatro) reuniões, promovidas pela Controladoria Geral do Município, para tratar de assuntos relacionados ao Portal da Transparência. As reuniões foram realizadas nos dias 04/03/2024 com os servidores da Secretaria Municipal de Administração; 06/03/2024 com os servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social; 07/03/2024 com os servidores da Secretaria Municipal de Saúde; 02/08/2024 com os fiscais dos

contratos nº 111/2024 e 113/2024, para tratar sobre a migração das informações para o novo Portal.

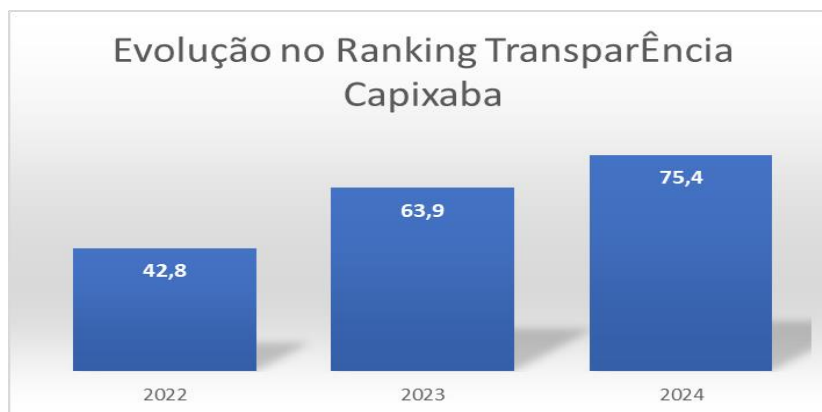
DAS AVALIAÇÕES INDEPENDENTES DO PORTAL

No ano de 2024, o Município de Presidente Kennedy foi submetido à duas avaliações independentes do Portal da Transparência, conduzidas por organismos de controle externo, tais como a Associação dos Membros do Tribunal de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), por meio do Programa Nacional de Transparência Pública. Além disso, a Transparência Internacional Brasil, com o apoio da Transparência Capixaba, também realiza avaliações que incluem recomendações e a disseminação de boas práticas, servindo como referência para o fortalecimento da integridade, da transparência e da participação cidadã na gestão pública municipal.

Essas avaliações seguem metodologias padrões para avaliar a existência de políticas públicas, legislações, ações governamentais e práticas de transparência, dados abertos, participação social, transformação digital, integridade e combate à corrupção, com o objetivo de aprimorar a transparência pública e fortalecer a governança municipal.

No decorrer dessas avaliações, observou-se que o Município de Presidente Kennedy tem avançado significativamente na implementação das boas práticas de transparência pública, garantindo que informações essenciais sejam publicadas de forma clara, acessível e atualizada nos portais. Conforme avaliação realizada nos meses de abril e maio/2024 pela Transparência Capixaba, o Município de Presidente Kennedy alcançou 75,4 pontos em 2024 (Gráfico 1):

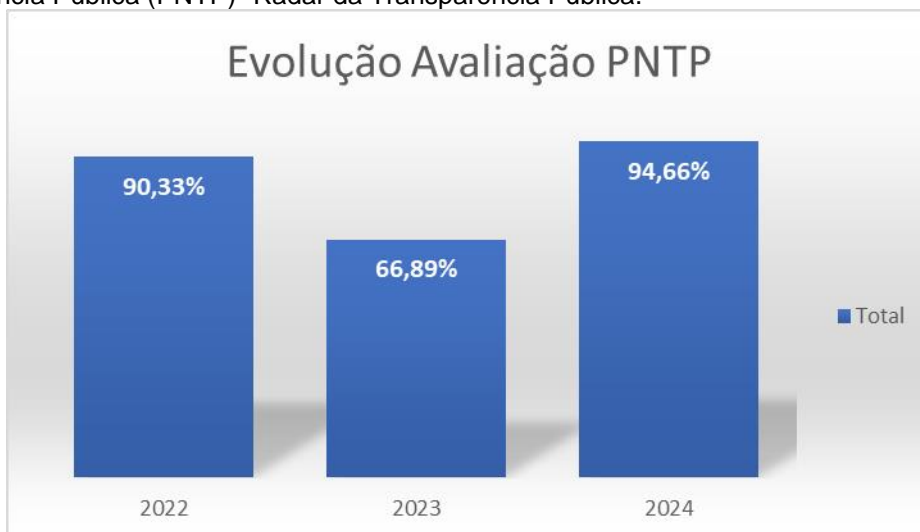
Gráfico 2 - Evolução do Poder Executivo na Avaliação da Transparência Capixaba - Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública.



Fonte: Elaborado pela CGM, tendo por base informações do Transparência Internacional Brasil (2025).

Ainda, conforme avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública realizada em 2024, o Município de Presidente Kennedy alcançou a classificação Ouro para o Poder Executivo, conforme Gráfico 2:

Gráfico 3 - Evolução do Poder Executivo na Avaliação da Atricon no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) -Radar da Transparência Pública.



Fonte: Elaborado pela CGM, tendo por base informações do Radar da Transparência (2025)

Esses avanços refletem o comprometimento da administração municipal com a governança pública, assegurando que os cidadãos tenham acesso contínuo a dados relevantes sobre a gestão financeira, administrativa e institucional.

2.6 TREINAMENTOS DOS SERVIDORES DA CGM

No ano de 2024 os servidores da Controladoria participaram de um curso promovido pelo Município para capacitação dos servidores quanto a nova Lei de Licitações.

Data	Curso/Evento/Reunião	Servidor	Órgão Organizador	Ofício Requisição
29/02 a 01/03/2024	Controle Interno: Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para enviar a PCA em 2024. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI e INFOCI. Diretrizes e procedimentos do TCEES na análise da PCA	Elizaura Barcelos Matias da Silva	Fest Fundação Espírito-santense de Tecnologia	Ofício CGM/PK nº 020/2024 retificado pelo Ofício CGM/PK nº 087/2024
13/03/2024	Assembleia Fecontes 2024	Edilene Paz dos Santos	FECONTES	Ofício CGM/PK nº 121/2024
18/03/2024	Ouvidoria DAY 2024	Adeir José Teixeira	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)	Processo nº 005516/2024
02/10/2024	Licitações e Contratos – Oficina prática de ETP – Turma 1	Edilene Paz dos Santos	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 262/2024
02/10/2024	Licitações e Contratos – Oficina prática de ETP – Turma 1	Flávia Magalhães Duarte Borges	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 263/2024
02/10/2024	Licitações e Contratos – Oficina prática de ETP – Turma 1	Elizaura Barcelos Matias da Silva	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 264/2024
22/10/2024	O Controle Interno da Administração Pública	Edilene Paz dos Santos	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 262/2024
22/10/2024	O Controle Interno da Administração Pública	Flávia Magalhães Duarte Borges	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	Ofício CGM/PK nº 263/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

			(TCEES) - ENFOC	
22/10/2024	O Controle Interno da Administração Pública	Elizaura Barcelos Matias da Silva	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 264/2024
30/10/2024	Ouvidorias Ativas: fundamentos e práticas inovadoras	Adeir José Teixeira	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Processo nº 28.035/2024
01/11/2024	Jurisprudência dos Tribunais de Contas: Entendimentos relevantes sobre contratações (incluindo a Nova Lei de Licitações) e gestão de pessoal	Edilene Paz dos Santos	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 262/2024
01/11/2024	Jurisprudência dos Tribunais de Contas: Entendimentos relevantes sobre contratações (incluindo a Nova Lei de Licitações) e gestão de pessoal	Flávia Magalhães Duarte Borges	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 263/2024
01/11/2024	Jurisprudência dos Tribunais de Contas: Entendimentos relevantes sobre contratações (incluindo a Nova Lei de Licitações) e gestão de pessoal	Elizaura Barcelos Matias da Silva	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 264/2024
08/11/2024	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Edilene Paz dos Santos	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 262/2024
08/11/2024	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Flávia Magalhães Duarte Borges	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 263/2024
08/11/2024	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Elizaura Barcelos Matias da Silva	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - ENFOC	Ofício CGM/PK nº 264/2024

3. DOS PONTOS DE CONTROLE CONSTANTES NA TABELA REFERENCIAL 1 AVALIADOS PELA CONTROLADORIA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2024

Observando o que dispõe o Art. 74, da Constituição Federal, bem como o que dispõe o Art. 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício de 2024 diversos procedimentos de controle conforme consta do Plano Anual de Auditoria e também outras ações institucionais não planejadas.

Segue abaixo os pontos de controle constantes da Tabela Referencial 1 que foram apreciados pela Controladoria Geral nas Contas Anual da Câmara Municipal de Presidente Kennedy (Contas Consolidada).

CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2. Gestão Previdenciária					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias-parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3. Gestão Patrimonial					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento o sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis –	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a	Exame de registros auxiliares	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram	Contas de Gestão (Todas as UG's)

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

	registro contábil compatibilidade com inventário.	10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18		evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Exame de registros auxiliares	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confirmação Externa	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo de Contas de Poderes
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Conta da UG Câmara Municipal
1.4.17	Despesas com pessoal –	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise)	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores	Contas de Gestão

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

	subsídio dos vereadores – fixação		documental)	atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Câmaras Municipais
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Contas de Gestão Câmaras Municipais

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.2. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.2.31	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

4. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE CONTROLE DA TABELA 1

Registramos que a análise das Contas da Mesa Diretora da Câmara do Município de Presidente Kennedy fundamentou-se na Tabela 01 constantes do Anexo III, da Instrução Normativa TC nº 068/2020, na qual contém os pontos de controle que devem ser apreciados pela Controladoria Geral.

Importa mencionar, que foi editado no Município de Presidente Kennedy o **Decreto nº 51/2024**, que dispõe regras acerca do encerramento do exercício de 2024 e em seu Anexo Único, sistematizou todos os prazos para encaminhamento das informações necessárias para elaboração da Prestação de Contas do exercício.

4.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS

4.1.1 Itens de Abordagem Prioritária

1.1 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Item 1.1.2			
Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.

Em análise ao Item 1.1.2, informamos que após a conferência nos processos (Processos nº 01755/2023; 493/2024, 1369/2024, 008/2024, 335/2024), que foram disponibilizados após seleção por amostragem e solicitados a Câmara Municipal de Presidente Kennedy, através do Ofício CGM/PK nº 0314/2024, verificou-se que **não foram realizadas despesas sem a emissão de prévio empenho.**

1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Item 1.2.4			
Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.

Em análise ao Item 1.2.4, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2024 e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores recolhidos no Exercício, todos emitidos pela Contabilidade da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, e anexos enviados a Controladoria Geral do Município, verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.

1.3 GESTÃO PATRIMONIAL

Item 1.3.1			
Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Exame de registros auxiliares	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.

A despeito do Item 1.3.1 registramos que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, vez que o **valor total dos bens móveis** constante do Balanço Patrimonial é de **R\$ 396.640,51** (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos) no qual engloba as respectivas depreciações, que resultaram no valor de R\$ **116.485,93** (cento e dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos).

De igual modo, o **valor total dos bens imóvel** constante do **Balanço Patrimonial** é de **R\$ 246.668,54** (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), no qual engloba as respectivas depreciações, que resultaram no valor de **R\$ 3.023,57** (três mil, vinte e três reais e seis centavos).

Ademais, evidenciou-se que os valores apurados dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis constantes no Balanço Patrimonial e Inventário Anual estão em consonância aos valores apurado e descrito no Termo Circunstanciado de Bens Móveis e Termo Circunstanciado de Bens Imóveis, elaborados pela Comissão Permanente de Patrimônio, nomeada através da Portaria nº 748/2025.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, conforme tabela acima.

Item 1.3.2			
Bens móveis, Imóveis e Intangíveis Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Exame de registros auxiliares	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.

Quanto ao Item 1.3.2, registramos que a Câmara Municipal de Presidente Kennedy, através da Portaria de nº 748/2025, designou os membros da Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Inventário e Avaliação dos Bens Patrimoniais da Câmara, sendo composta por 03 membros que são responsáveis administrativos pelo controle, registros e fiscalização. Ademais, evidenciou-se que os registros analíticos de bens de caráter permanente, constantes nos Relatórios de Inventários possuem elementos exigidos para sua caracterização.

Item 1.3.3			
Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

As disponibilidades financeiras foram depositadas em diversas contas bancárias, sendo na Caixa Econômica e Banco Banestes (conta corrente e aplicação financeira), que são instituições financeiras oficiais, conforme demonstrado no Termo de Verificação das Disponibilidades do exercício de 2024, anexado à documentação emitida pela Divisão de Contabilidade da Câmara Municipal.

Informamos, ainda, que tal verificação também se observa através das manifestações à esta Controladoria Geral em resposta ao Ofício CGM/PK nº 303/2024, Ofício CGM/PK nº 305/2024, Ofício CGM/PK nº 306/2024, Ofício CGM/PK nº 307/2024, enviados ao Banco Brasil, Caixa Econômica, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL), e ao Banco do Banestes, respectivamente.

Sendo que nas respostas recebidas por esta Controladoria, evidenciou-se que apenas o Banco Banestes, possui conta da Câmara Municipal.

Item 1.3.4			
Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confirmação Externa	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício

A despeito do Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras com os valores registrados nos extratos bancários no final do exercício de 2024 e verificamos que não possuem diferenças apuradas, sendo ambos compatíveis.

Tabela 02 - Termo de Verificação das Disponibilidades

Código do Banco	Agência	Nº da Conta	Tipo da Conta	Fonte de Recurso	Saldo Contábil (TVDISP) (a)	Saldo Bancário (c)	Diferença (b-a)
021	162	34.763.060	CORRENTE	10010000000	0,00		0,00
021	162	34.763.060	APLICAÇÃO	10010000000	R\$ 1758170,19	R\$ 1758170,19	0,00
TOTAL					R\$	R\$	R\$ 0,00

Deste modo, e frente a informação prestadas, verifica-se a existência de conformidade deste item.

1.4 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Item 1.4.7			
Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.

Quanto aos limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 19 e 20 LC 101/2000 foram atendidos, já que o total da despesa com remuneração de pessoal no exercício de 2024 resultou no percentual de 0,44% (zero virgula quarenta e quatro por cento), portanto, não ultrapassou ao limite de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município do presente exercício, atendendo ao que disciplina a alínea “a”, do inciso III, do Art. 20, da Constituição Federal.

Pelo exposto, verifica-se o cumprimento ao disposto nos artigos 19 e 20 LRF.

Item 1.4.13				
Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	CRFB/8 8, art. 29-A, § 1º.	Conformidade de (Revisão analítica)	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	

O gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício, conforme demonstrado no Balancete Analítico da Despesa Orçamentária e nas Razões do Plano de Contas dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios; vencimentos e salários; férias; e décimo terceiro).

O valor do duodécimo repassado à Câmara Municipal em 2024 foi de **R\$ 4.539.733,44** (quatro milhões, quinhentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e

três reais e quarenta e quatro centavos), constante do Balanço Financeiro (BALFIN).

Ao aplicarmos o percentual de 70% sobre o valor do duodécimo obteremos o montante de **R\$ 3.177.813,40** (dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Já o valor total gasto realizado pela Câmara Municipal com folha de pagamento foi de **R\$ 2.008.041,25** (dois milhão, oito mil, quarenta e um reais e vinte e cinco centavos), no percentual de 44 % sobre o valor do duodécimo, nos termos descritos no Balancete da Despesa Orçamentária do Exercício 2024 e Demonstrativo de Despesa com Pessoal – Poder Legislativo.

Portanto, é possível concluir que a Câmara Municipal de Presidente Kennedy **NÃO** realizou gastos com a folha de pagamento acima do limite de 70% contido no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Item 1.4.17			
Despesas pessoal subsídio vereadores fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental)	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.

Quanto ao item 1.4.17, evidenciou-se que os subsídios dos Vereadores instituídos pela Lei Municipal nº 1.289/2016, foram fixados em cumprimento aos limites máximos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CFRB/88 e em consonância com os valores fixados de uma legislatura para outra, conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas do exercício de 2024 de todos os Vereadores anexadas à documentação emitida pela Contabilidade/CMPK.

A Constituição Federal estabeleceu o valor máximo dos subsídios dos Vereadores, e no caso do Município de Presidente Kennedy, a regra está contida no inciso VI, alínea b, conforme verifica-se abaixo:

Art. 29.

(...)

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, **observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica** e os seguintes **limites máximos**:

(...)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a **trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais**; (grifo nosso)

Nesse sentido, o subsídio dos Vereadores do Município de Presidente Kennedy está limitado a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, que no Estado do Espírito Santo, conforme dispõe a Lei Estadual nº 10.317/2014 em anexo, foi fixado em R\$ 25.322,25 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) o subsídio do Deputado Estadual a partir da legislatura de fevereiro/2015.

Sendo assim, o subsídio dos Vereadores do Município de Presidente Kennedy fixado em Lei para a Legislatura de 2021 a 2024 é de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), ou seja, o Poder Legislativo Municipal está em estrito cumprimento à legislação em vigor.

Item 1.4.18			
Despesas pessoal subsídio vereadores pagamento	CRFB/88 , art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

Os subsídios dos Vereadores **foram pagos** nos termos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CRFB/88, atendendo aos limites máximos fixados e ao valor estabelecido de uma legislatura para outra (Lei Municipal nº 1.289/2016), conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas do exercício de 2024 de todos os 09 (nove) Vereadores que compõe o Poder Legislativo Municipal, anexadas à documentação emitida pela Contabilidade/CMPK.

4.1.2 Itens de Abordagem Complementar

2.2 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Item 2.2.31			
Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.

A despeito do item 2.2.31, informamos que NÃO houve a realização de pagamento sem liquidação, sendo os processos de pagamentos da Câmara Municipal de Presidente Kennedy realizados nos moldes do artigo 63 da Lei 4.320/1964, já que analisamos por amostragem processos de pagamentos, da relação empenhos no exercício de 2024 emitida pela Câmara Municipal de Presidente Kennedy, requerido pelo Ofício CGM/PK nº 0314/2024, a saber Processo nº 01755/2023; 493/2024, 1369/2024, 008/2024, 335/2024, disponibilizados.

2.6 DEMAIS ATOS DE GESTÃO

Item 2.6.4			
Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

A despeito do teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal, quanto ao limite constitucional do subsídio do Prefeito Municipal (R\$ 15.100,00 fixado pela Lei Municipal nº 1.052/2012), evidenciou-se cumprido, portanto, o disposto no Art. 37, inciso XI, da CRFB/88, conforme constantes no Relatório Anual do exercício financeiro e Ficha Financeira detalhada, e conforme declaração do Presidente da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, constante no processo nº 05960/2025.

Item 2.6.5			
Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

A despeito do item 2.6.5, informamos que NÃO houve a realização de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens e jetons sem a devida autorização em Lei específica, conforme Relatório Anual do exercício financeiro e Ficha Financeira detalhada e declaração do Presidente da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, constante no processo nº 05960/2025, restando assim, evidenciado que todos os pagamentos efetuados possuíram respaldo em lei específica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da Controladoria Geral Municipal da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy no ano de 2024, foram balizadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas desta Administração Municipal e pelo cumprimento do PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades ao longo do exercício financeiro, a auditoria interna cumpriu devidamente com as suas atribuições e competências no ano de 2024, ao assistir o Poder Legislativo do Município na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Além disso, cumpre anotar que na busca da realização da totalidade das ações planejadas, a colaboração das unidades auditadas foi essencial (na maioria das vezes, fazendo cumprir a prioridade legalmente garantida às solicitações de auditoria), para que esta pudesse cumprir com seu planejamento, consolidando, assim, sua função de auxílio no aprimoramento da gestão municipal.

Presidente Kennedy, 26 de março de 2025.

THAIS DA CRUZ MARCARINI
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO (INTERINA)